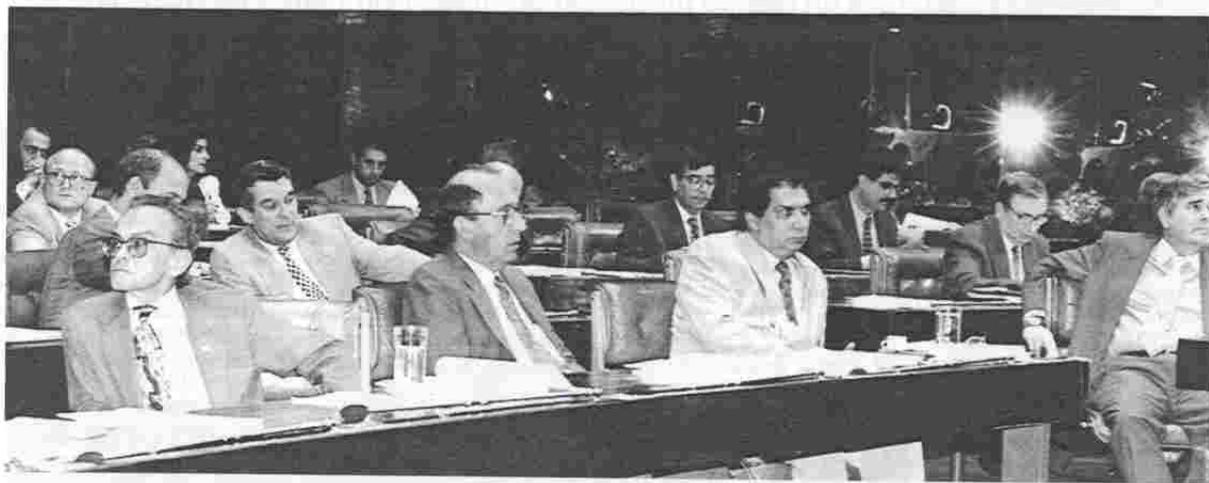


JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 362 - Brasília, sexta-feira, 29 de novembro de 1996



O plenário discute o projeto que cria uma agência destinada a disciplinar o setor de energia sem a presença direta do governo

Senado aprova criação de agência que vai controlar energia no País

Com autonomia financeira e administrativa, a Aneel terá a responsabilidade de definir política para o setor, dentro do novo sistema de concessão de serviços públicos do País

CCJ discute rito sumário e mudança no Regimento

Os dois temas dominaram a pauta da Comissão de Justiça ontem e devem ser votados na próxima semana. **Página 3**

NESTA EDIÇÃO

Carlos Wilson cobra mais verbas para universidade

Página 7

Benedita quer o País na defesa dos Jogos no Rio

Página 5

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), primeira autarquia com total independência financeira do governo e destinada a regular e fiscalizar tudo o que se trata de energia elétrica no País. A agência fiscalizará as empresas hidrelétricas a serem privatizadas pelo governo.

Os nomes do presidente e dos diretores da agência, indicados pelo presidente da República, têm de ser aprovados pelo Senado e ninguém poderá ser demitido por quatro anos, exceto se cometer algum ato ilegal. Os mandatos dos diretores não coincidirão, de forma que só haja mudança de um diretor por ano. E quem deixar a diretoria da Aneel não poderá

trabalhar em empresas do setor elétrico por um ano, período em que continuará recebendo salário normalmente.

- É a primeira vez que um setor será controlado sem a presença direta do governo. É um avanço exigido pelos novos tempos - afirmou o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto.

A proposta foi aprovada por 40 votos contra três e, na próxima terça-feira (dia 5), será encerrada a votação de emendas destacadas. O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), pediu verificação de *quorum* no momento em que seriam votadas emendas de sua autoria e que receberam parecer contrário do senador José Fogaça. Não houve *quorum* para votação dos destaques. **Página 2**

Lista de precatórios de SC é enviada ao Senado

O presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Napoleão Xavier do Amarante, enviou correspondência oficial ao Senado e ao Banco Central listando 415 precatórios - os quais deram sustentação à autorização de emissão de títulos do Tesouro do estado de Santa Catarina. A informação foi prestada ontem pelo senador Gilberto Miranda, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O senador Wilson Kleinübing retirou projeto que propunha a suspensão da emissão dos títulos de Santa Catarina. **Página 4**

Agência vai coordenar novo esquema de concessão

Aneel ficará com responsabilidade de autorizar construção de hidrelétricas, terá autonomia financeira, mas o seu orçamento precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), cuja criação foi aprovada ontem pelo plenário do Senado, irá substituir o atual Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (Dnaee) e poderá aproveitar o pessoal qualificado do atual órgão.

A Aneel ficará com a responsabilidade de autorizar a construção de pequenas e médias hidrelétricas privadas e fará as licitações para que grandes empresas construam hidrelétricas, as quais venderão sua energia para as atuais companhias distribuidoras estaduais, dentro do novo sistema de concessão de serviços públicos do País.

Para José Fogaça (PMDB-RS), é da maior importância a independência financeira da Aneel, que receberá 0,5% do faturamento das companhias de energia. Apesar de contar com fonte própria de recursos, não dependendo de dinheiro do governo federal, seu orçamento terá de ser aprovado pelo Congresso Nacional. De todo o dinheiro a ser arrecadado pela agência, no míni-

mo a metade terá de ser aplicada em investimentos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, especialmente em eletrificação rural.

Por causa da independência da Aneel em relação ao governo federal, José Fogaça acredita que a nova autarquia "eliminará o clientelismo" que existe hoje no atual sistema energético. Destacou ainda outra inovação: o governo terá de nomear para a presidência

e para as diretorias pessoas de reconhecida qualificação profissional e que não estejam trabalhando para empresas privadas do setor elétrico.

O líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE), protestou contra o parecer contrário que o relator apresentou às suas emendas, inclusive a uma que institui o Conselho Superior de Energia, entidade que seria destinada a fiscalizar a Aneel. Dutra criticou a tramitação do

projeto da agência no Senado, lamentando que a proposta não tenha sido debatida em audiências públicas. Ele fez várias ressalvas à proposta, estranhando o fato de que a Aneel irá fiscalizar o cumprimento de contratos que ela própria firmará com grupos privados. Apoiaram o projeto, durante a discussão, os senadores José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Senado.

CPI do trabalho infantil atuará na convocação

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) propôs ontem que a CPI do Congresso que investiga a exploração de mão-de-obra infantil no País continue em atividade durante eventual convocação do Legislativo no início do próximo ano. Acolhida por unanimidade na CPI, a sugestão recebeu elogios das senadoras Benedita da Silva (PT-RJ) e Emília Fernandes (PTB-RS), que defenderam a ne-



Marluce Pinto

cessidade de uma espécie de "mobilização nacional" para mostrar a importância da comissão para a sociedade brasileira.

Benedita da Silva anun-

ciou que nos dias 4 e 5 de dezembro estará na Alemanha, onde fará uma conferência sobre o trabalho infantil nos laranjais do estado do Rio de Janeiro. A senadora deverá falar também sobre a política de exportação de suco, que, acentuou, é vendido a preço irrisório exatamente porque a mão-de-obra das crianças exploradas no setor "é muito barata".

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (03.12.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PDL nº 74/96, que aprova o texto do Acordo para a Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre o Brasil e a Argentina, em Brasília, em 15.02.96; *PDL nº 80/96, que aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo do Brasil e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e o Tratamento do Criminoso, assinado em São José, Costa Rica, em 30.11.89; *PDL nº 83/96, que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional, Revalidação de Diplomas, Certificados, Títulos e de Reconhecimento de Estudos de Nível Médio Técnico, negociado no âmbito da Reunião dos Ministros de Educação dos Quatro Países do Mercosul, na Cidade de Assunção, em 28.07.95; e *PDL nº 88/96, que aprova o texto do Acordo Relativo à Isenção de Vistos, celebrado entre o Brasil e Portugal, em Brasília, em 15.04.96.

COMISSÕES

Terça-feira (03.12.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PECs nºs 1, 4, 11, 20 e 65/95 (tramitação conjunta), que tratam de medida provisória. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação não terminativa do *PLC nº 43/95, que dispõe sobre o Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), o Fundo da Marinha Mercante e a Fundação Nacional dos Trabalhadores em Atividades de Apoio Operacional em Empresas de Navegação Marítima - FUNDNAV; *PLC nº 104/95, que determina que as câmaras municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos municípios; *PLC nº 119/95, que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); *PLS nº 198/95, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate; *PLS nº 291/95 (Complementar), que extingue o Conselho Monetário Nacional, define as condições para a autonomia do Banco Central do Brasil e fixa os requisitos para o exercício de seus cargos de direção; *PR nº 34/96, que altera a Resolução nº 69/95, para limitar a 98% o percentual máximo de refinanciamento da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal e dos municípios; e terminativa dos *Substitutivo ao PLS nº 108/95 (discussão em turno suplementar), que institui o Programa de Implantação das Reservas Extrativistas; *PLS nº 28/95, que dispõe sobre a redução do valor das tarifas para estudantes nos transportes coletivos intermunicipais e interestaduais; e *PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial.

Tebet apresenta parecer sobre rito sumário

Senador manifesta-se favorável ao projeto e afirma que a questão da terra é a mais grave entre todas as que atormentam o País neste final de século

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) encaminhou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer favorável a projeto do deputado José Fritsh que trata do procedimento contraditório especial de rito sumário nas desapropriações de imóveis rurais, por interesse social, para fins de reforma agrária.

A principal alteração contida no projeto - que modifica a Lei Complementar nº 76 - é a de que o juiz deve despachar a petição inicial de plano (imediatamente), ou no prazo má-

ximo de 48 horas, com as seguintes providências: mandar imitar o autor na posse do imóvel e determinar a citação do expropriando para contestar o feito.

Ainda de acordo com a proposição, compete ao juiz promover audiência de conciliação entre as partes, com a presença do Ministério Público, para a fixação do valor da prévia e justa indenização.

O presidente da comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO), anunciou que a matéria será incluída na pauta da CCJ



Ramez Tebet

na próxima semana. Mas Tebet acredita que as lideranças partidárias irão requerer regime de urgência para a tramitação do projeto.

Em seu parecer, Ramez Te-

bet afirma que "o Brasil deste final de século encontra-se atormentado por graves questões sociais e dentre estas, inelutavelmente, é a questão da terra a que apresenta maior gravidade, possuindo elevado teor de risco para o futuro de nossas instituições". O relator acentua que o projeto constitui importante contribuição do Parlamento para que se acelere ainda mais o processo expropriatório, propiciando-se, com isso, o acesso à terra por parte de milhares de trabalhadores rurais.

CCJ começa a discutir Regimento Interno do Senado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá votar na próxima quinta-feira (dia 5) o parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) a projeto elaborado por uma comissão temporária que altera o Regimento Interno do Senado.

A proposição prevê mudanças no funcionamento das comissões e do plenário, regras para que um senador viaje ao exterior em missão oficial e democratização das decisões administrativas, entre outros temas. O texto começou a ser discutido ontem, mas o presidente da CCJ, senador Iris Rezende (PMDB-GO), concedeu vista coletiva.

Durante a reunião, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu sua proposta de realização de uma sessão plenária mensal, destinada à discussão de questões como ordem do dia, viagens de senadores, realização de obras no prédio do Senado. Essa sessão, segundo o senador, seria feita a portas fechadas.

Justificando sua sugestão,



Ao lado de Lúcio Alcântara, Iris Rezende (E) preside a reunião da CCJ

ele citou a troca de um piso paviflex por granito na área próxima à Biblioteca. Simon considerou desnecessária essa troca, afirmando que o paviflex estava em perfeito estado. E convidou todos os senadores a irem ao local, para constatar a justiça da sua crítica. Em sua intervenção, ele aproveitou para elogiar realizações da gestão do presidente José Sarney, referindo-se especificamente à importância da TV, do *Jornal do Senado* e da Rádio Senado.

Já o senador Jefferson Peres

(PSDB-AM) defendeu a necessidade de regras claras sobre regras de viagens de senadores ao exterior. Ele é autor de projeto de resolução segundo o qual uma comissão permanente designará o senador que participará de missão ao estrangeiro, ouvida a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O projeto estabelece também que cada senador somente poderá realizar missão ao exterior, com ônus para o Senado, uma vez por sessão legislativa, exceto caso espe-

cial, mediante deliberação do plenário. O projeto foi entregue a Tebet, para apreciação.

Tanto Jefferson Peres quanto Simon sustentaram a necessidade de votação urgente das mudanças no Regimento Interno. A mesma posição foi adotada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para quem a futura Mesa Diretora, que se instalará no início de 97, já deve assumir sob a vigência de um novo regimento.

Presidente de tribunal envia lista de precatórios

Documento é citado pelo senador Gilberto Miranda como exemplo de que todas as decisões da Comissão de Assuntos Econômicos foram fundamentadas em dados reais

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Gilberto Miranda (PMDB-AM), informou ontem que o presidente do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina, Napoleão Xavier de Amarante, enviou correspondência oficial para o Senado e para o Banco Central listando 415 precatórios. Miranda disse que Amarante afirmou não ter responsabilidade em qualquer possível irregularidade ali relacionada, pois teria monta-



Miranda levou papéis ao plenário

do a listagem com dados fornecidos pelo governo estadual.

Com o objetivo de demonstrar que todas as decisões do

Senado relativas a emissões para pagamento de precatórios foram fundamentadas e cuidadosas, o senador Gilberto Miranda levou a plenário a documentação interna da CAE. Várias caixas de documentos relativos a todos os pedidos de autorização de emissão de títulos estaduais para pagamento de precatórios, incluídos os aprovados no plenário do Senado e os que ainda se encontram em tramitação, foram entregues à Mesa para serem encaminhadas à CPI.

No caso de Santa Catarina, Miranda leu a seguinte explicação dada pelo presidente do Tribunal de Justiça catarinense ao presidente do Banco Central, Gustavo Loyola: "Os dados fornecidos pelo governo do estado, referentes a precatórios, com a finalidade de poder cobrir os débitos judiciais pendentes de pagamento mediante a emissão de títulos de dívida pública, foram montados pela Diretoria Financeira do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, a partir de orientação de órgãos do Executivo".

Kleinübing quer evitar uso do dinheiro no pagamento de empreiteiros

Após reconhecer as dificuldades jurídicas de projeto de sua iniciativa que propunha a suspensão, por noventa dias, da vigência da autorização do Senado que permitiu que o estado de Santa Catarina emitisse Letras Financeiras do Tesouro estadual, o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) retirou ontem a matéria da ordem do dia.

Em parecer feito em plenário, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) considerou que toda e qualquer suspeita relativa a negócios com recursos públicos deve ser investigada, tarefa que cabe agora à Comissão Parlamentar de Inquérito instituída pelo Senado exatamente para apurar denúncias de irregularidades com a emissão de títulos públicos estaduais e municipais.

Ao retirar seu projeto, Kleinübing fez um apelo ao governador de Santa Catarina para que ele "não utilize a boa vontade do Senado para pagar empreiteiros". O senador disse ter certeza de que a CPI, criada para apurar denúncias de irregularidades na emissão e negociação de tí-

tulos públicos estaduais e municipais destinados ao pagamento de precatórios, "vai funcionar para valer".

Segundo Vilson Kleinübing, o governo de seu estado mentiu para o Senado Federal, pois até 1988 "não há nenhum precatório pendente de pagamento", conforme assegurou o presidente do Tribunal de Justiça estadual. Esta é a condição constitucional para que estados e municípios emitam títulos da dívida pública, e explicitamente reafirmada na resolução do Senado que autorizou a emissão, afirmou.

A preocupação do senador, conforme disse, era evitar um aumento vertiginoso do endividamento de Santa Catarina, já que a emissão de R\$ 552 milhões, negociados com deságio médio de 20%, representa um aumento de 80% no total da dívida pública estadual, a ser paga pelos sucessores do atual governador. Ainda segundo Kleinübing, para colocar os títulos do governo no mercado, o Besc (Banco do Estado de Santa Catarina) "está financiando empresas que não têm nem capital próprio".



Kleinübing: preocupado com o endividamento do estado

Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

Desenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

Benedita: Olimpíadas no Rio interessam ao País

Senadora lembra que benefícios resultantes do evento contemplarão não só os cariocas, mas todos os brasileiros, e não ficarão limitados ao esporte, repercutindo na economia

A mobilização em favor da realização das Olimpíadas de 2004 no Rio de Janeiro não deve ser feita apenas por aquele estado, mas por todo o País. O apelo foi feito ontem pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), ao lembrar que os benefícios resultantes do evento contemplarão não só os cariocas, mas também todos os brasileiros. A senadora observou também que tais benefícios não se limitarão ao esporte - "significarão valiosos avanços no desenvolvimento social".

- Temos que garantir as Olimpíadas para o Rio de Janeiro, sobretudo porque o carro-chefe dessa iniciativa é a agenda social. Esse é o instrumento essencial para que a co-

missão que visita as várias cidades candidatas ao evento possa dar seu voto favorável. Por isso, também o Rio de Janeiro precisa receber não só apoio político, mas também recursos para cumprir sua parte nessa candidatura - acrescentou.

Para Benedita da Silva, a escolha da capital fluminense representará a possibilidade de o estado receber financiamentos para investir não apenas nos espaços que sediarão os Jogos. Em sua opinião, esses recursos servirão também para recolocar o estado do Rio com destaque na economia do País. A senadora reconheceu que, em decorrência do noticiário que situa o Rio de Janeiro como um dos estados mais violentos do Brasil, muitos empreendimentos migraram para São Paulo, causando de-



Benedita da Silva

semprego entre a população fluminense.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PSL-SP) alertou para que o poder público no Rio de Janeiro não faça acordo com o crime organizado no propósito de evitar delitos durante os Jogos Olímpicos. "Inserir isso como possibilidade de acordo me assusta um pouco", assinalou Tuma.

Benedita disse que jamais isso foi cogitado, até porque não configura solução. "Não admitimos qualquer parceria com o crime organizado e pregamos a necessidade urgente de investimentos em segurança para acabar com qualquer poder paralelo", salientou a senadora.

Também apartando, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que a realização das

Olimpíadas no Rio de Janeiro vai produzir diversos benefícios, como redução na violência, queda no mercado de tóxico e incentivo ao espírito esportivo na juventude. "Isso vai mexer também com a cabeça de todos os brasileiros, por isso torcemos para que o Rio seja nossa grande praça de esportes em 2004", previu ele.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a bancada empenhada em trazer os Jogos para o Rio não é apenas a daquele estado, mas a do Brasil. Na opinião do senador, "os atletas do mundo inteiro merecem vir competir no Rio de Janeiro".

Jefferson Peres (PSDB-AM) ressaltou o fato de que a principal preocupação com a candidatura do Rio de Janeiro é a erradicação dos problemas sociais. "Ainda bem que não estão preocupados em colocar bichos para esconder a pobreza", acentuou.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C) - 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C) - 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda -L) - 1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 k (Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Antonio Carlos critica atitude de técnicos do Banco Mundial

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou a atitude de tecnocratas do Bird (Banco Mundial) que, segundo disse, vinham fazendo uma avaliação incorreta da situação econômica do Brasil e de seu papel no Mercosul. Ele elogiou a "presteza e competência" com que o embaixador do Brasil em Washington, Paulo Tarso Flecha de Lima, neutralizou a ação desses tecnocratas.

- Faço reservas ao Mercosul, sobretudo quanto à sua atuação no Nordeste, mas os propósitos dessa iniciativa têm um valioso significado do qual ninguém duvida. Po-

rém, quando o Bird faz estudos internos e seus tecnocratas permitem que isso chegue à imprensa americana, relatando uma imagem falsa da situação econômica brasileira, isso tem que ser refutado - disse.

Segundo Antonio Carlos Magalhães, a imediata atuação do embaixador Paulo Tarso impediu que essas avaliações fossem divulgadas para o mundo inteiro. Conforme o senador, o próprio presidente do Bird fez seus tecnocratas perceberem que esse comportamento injusto com o Brasil não era correto.



Antonio Carlos: elogio a embaixador

- Eram informações incorretas que não podiam ser levemente divulgadas. Felizmente, o embaixador Paulo Tarso soube reagir a tempo, inviabilizando a ação de funcionários que não souberam cumprir com seu dever - acrescentou.

CRE aprova aplauso ao Nobel da Paz

Voto de solidariedade à premiação de dom Carlos Filipe Ximenes e de José Ramos Horta, líderes da resistência timorense, destaca busca de solução pacífica para o conflito

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou ontem, por unanimidade, requerimento da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e do senador Pedro Simon (PMDB-RS) propondo o "voto de aplauso e solidariedade à premiação dos líderes da resistência timorense, dom Carlos Filipe Ximenes Belo e José Ramos Horta, Prêmio Nobel da Paz, por seus trabalhos na busca de uma solução justa e pacífica para o conflito no Timor Leste".

- O Timor Leste foi ilegalmente anexado pela Indonésia em 1975, ocasião em que houve verdadeiro massacre de timorenses, com mais de cem mil mortos em



A Comissão de Relações Exteriores também aprovou indicações de embaixadores

uma população que hoje não atinge a 800 mil pessoas. A nossa amizade com os timorenses se reveste de um sentido todo especial, uma vez que se trata de nação de língua portuguesa, portanto, de povo irmão, a quem devemos prestar todo o apoio e solidariedade - disse o relator,

senador Hugo Napoleão (PFL-PI).

Também foram aprovadas as indicações de quatro diplomatas para exercer o cargo de embaixador: Fernando de Oliveira Santos Fontoura, junto à República Dominicana; Álvaro Gurgel de Alencar Netto, em

Cuba; Luciano Osório Rosa, em Seicheles, cumulativamente com o posto que ocupa em Moçambique; e Luiz Brun de Almeida Souza, no Mali, também cumulativamente com a função na Costa do Marfim. Todas essas matérias irão ainda ao plenário do Senado.



Romero Jucá

Comissão tem audiência hoje em Boa Vista

Senadores da Comissão Especial Temporária que apura as circunstâncias que teriam provocado a morte de recém-nascidos no Hospital Materno-Infantil de Roraima realizam hoje audiência pública em Boa Vista. A reunião será na sede da Fundação Nacional de Saúde naquela capital, e deverão ser ouvidas 16 pessoas.

A delegação da comissão, presidida pelo senador Romero Jucá (PFL-RR), é integrada pelas senadoras Marluce Pinto (PMDB-RR), relatora, e Sandra Guidi (PPB-SC) e pelo senador João França (PMDB-RR).

Benedita aciona presidente do Sebrae

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) anunciou ontem que pretende acionar na Justiça o novo presidente do Sebrae, José Pio Guerra, para que ele confirme ou negue declaração em que teria se referido a ela com termos racistas. Após ser eleito presidente da entidade, o novo dirigente teria

**José Pio Guerra
deverá confirmar
ou negar
declaração racista**

dito em entrevista coletiva que todos sabem como os projetos entram no Senado, mas não como saem. E teria acrescentado: "entra uma fotografia da Marilyn Monroe e sai uma Madona, foi boa a comparação, mas é uma coisa mais Benedita da Silva ou coisa assim".

Ela considerou a comparação uma grave manifestação de discriminação e racismo, sobretudo quando proferida por um cidadão eleito para representar os interesses dos micro e peque-

nos empresários do País. "Se a intenção era levemente fazer graça, ser moderno, ferir gratuitamente, tentar humilhar ou diminuir, pode ser que tal destempero acabe por atingir profunda e verdadeiramente aquele que o profere. Como um bumerangue que atiramos e que desaparece momentaneamente, mas retorna certo e pode nos atingir", frisou a senadora.

Benedita interpretou a declaração de José Pio Guerra como uma manifestação da visão estereotipada de quem acha que não é racista. "Representa o que estamos tentando combater no seio da sociedade brasileira e que até há pouco tempo, mitificada por termos como *democracia racial*, esgueirava-se por entre labirintos e becos da mente e do comportamento - o racismo, a discriminação, o estereótipo, a ignorância."

Na presidência da sessão, a

senadora Emília Fernandes (PTB-RS) manifestou sua solidariedade a Benedita e pediu que José Pio Guerra apresente esclarecimentos ao Senado, para que se elucide o que ele realmente disse usando o nome da senadora ofendida. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) também apresentou sua solidariedade a Benedita e comentou que "o novo presidente do Sebrae está começando e começa muito mal".

SIMPÓSIO

A senadora Benedita da Silva vai presidir hoje os trabalhos do Simpósio Nacional sobre Cidadania e Direitos Humanos, promovido pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados em associação com a Brasil Soka Garrai Internacional, organização não-governamental. A reunião será no Auditório Petrólio Portella, do Senado Federal, com sessões pela manhã e à tarde.

Carlos Wilson cobra mais recursos para universidades

"Governo que leve a sério sua própria atuação" deve oferecer aos servidores condições de trabalho apropriadas, afirma senador

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) alertou que a situação dos professores aposentados das universidades federais "reflete o estado preocupante em que se encontram essas instituições e seus servidores ativos". Para ele, a constatação de que se gasta pouco com a educação básica no Brasil "não pode justificar que sejam paulatinamente reduzidas as verbas para o ensino superior e para a pesquisa".

- A universidade pública é um desses setores decisivos para a Nação. Com todos os problemas acumulados, devemos reconhecer a profunda transformação causada no País pela ampliação do acesso aos cursos de nível superior - afirmou o senador, ao sustentar que o ensino público universi-



Carlos Wilson

tário brasileiro, aliado à pesquisa, oferece um elevado padrão de qualidade que deve ser melhorado, "mas jamais desconsiderado".

Segundo Carlos Wilson, na maioria dos países "a figura do mestre, do sábio ou do cientis-

ta sempre foi valorizada". Esse respeito, conforme o senador, cresce quando essas pessoas ficam idosas, em virtude dos conhecimentos que acumularam e dos sacrifícios que fizeram para estudar e transmitir o saber. "Tal consideração se expressa, entre outras coisas, por salários e proventos condignos", garantiu.

Carlos Wilson disse estar convicto de que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso irá oferecer aos funcionários públicos em geral "condições de trabalho apropriadas e estimulantes" e incentivos à profissionalização, já que tais medidas devem, a seu ver, "constar do programa de um governo que leve a sério sua própria atuação".

Projeto de Hugo Napoleão evita sonegação do FGTS

Projeto apresentado ontem pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI) estabelece que, no momento da assinatura do termo de rescisão do contrato de trabalho, o empregado deverá receber do empregador um cheque administrativo, emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF), com o valor depositado na sua conta vinculada do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

A medida, segundo o senador, tem o objetivo de combater a sonegação praticada por empresas que descontam de seus funcionários a quantia referente ao FGTS mas não a depositam na conta vinculada. Hugo Napoleão explicou



Hugo Napoleão

que o seu projeto não onera as empresas, nem tampouco a Caixa Econômica Federal, e reduz o uso de papéis e guias de saque, "visando acelerar a transferência dos recursos para quem tem direitos sobre eles - o trabalhador".

- O procedimento é simples:

após entregar o aviso-prévio ao empregado, o empregador vai a uma agência da CEF e verifica os valores depositados. A Caixa, por sua vez, emite um cheque administrativo de acordo com o valor apurado, em nome do beneficiário, o empregado demitido. Quando este for assinar o termo de rescisão do contrato de trabalho, receberá o cheque do empregador - esclareceu.

Com isso, argumenta o senador, será facilitada a fiscalização, pois, segundo ele, no momento da feitura do cheque, a CEF poderá constatar se há ou não sonegação, tomando as providências de acordo com cada caso.

Jornal do Senado irá a prefeitos e vereadores

Os novos prefeitos e vereadores dos 5 mil municípios, que serão empossados em janeiro, passarão a acompanhar diariamente todos os trabalhos desenvolvidos pelo Senado Federal, a partir do *Jornal do Senado*, que lhes será encaminhado através dos Correios. No último dia 21, por iniciativa do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, o *Jornal do Senado* foi instituído formalmente como "órgão oficial do Senado Federal".

O Ato nº 20 da Comissão Diretora destaca que este periódico da Secretaria de Comunicação Social, de circulação diária e distribuição gratuita, destina-se a "divulgar as atividades desenvolvidas nas sessões plenárias da Casa e nas reuniões de suas comissões técnicas, divulgando, ainda, entrevistas dos senadores e quaisquer outros eventos de interesse parlamentar".

Ao justificar o ato, a Comissão Diretora lembra que o *Jornal do Senado* vem despertando grande interesse em vários setores da sociedade, o que provocou o aumento da sua tiragem inicial, de 2 mil exemplares, para os atuais 20 mil exemplares. Entre os que recebem diariamente o *Jornal do Senado* destacam-se os governadores, os cinco mil prefeitos, todos os deputados federais e estaduais, os órgãos de imprensa e várias entidades da sociedade civil.

Assinaram o ato oficializando o *Jornal do Senado*, além do presidente, José Sarney, o primeiro-vice-presidente, senador Teotônio Vilela Filho; o primeiro-secretário, senador Odacir Soares; o segundo-secretário, senador Renan Calheiros; e o quarto-secretário, senador Ermandes Amorim.

Medidas de restrição ao álcool preocupam Campos

Combustível brasileiro é evidência de que a humanidade não precisa depender do petróleo para movimentar veículos, diz senador

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apelou ao governo para que reexamine duas portarias, uma do Ministério da Fazenda e a outra do Ministério de Minas e Energia, que, a seu ver, se entrarem em vigor, submeterão o setor sucroalcooleiro a um desequilíbrio econômico. Júlio Campos pediu ainda que o líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), intervenha na questão, buscando dialogar com o presidente Fernando Henrique e os ministros da área.

Segundo Júlio Campos, o efeito imediato das medidas será o aumento de 25% no preço do álcool para os proprietários dos 4,3 milhões de veicu-



Júlio Campos

los que utilizam exclusivamente esse combustível. O aumento atingirá, também, o preço do álcool anidro, que é misturado à gasolina. Mas, na opinião do senador, a grande ameaça é o desemprego de 800 mil pessoas que trabalham diretamente no setor.

A data de entrada em vigor das duas portarias é 1º de janeiro de 97. Conforme o senador, a Portaria nº 64, do Mi-

nistério da Fazenda, libera totalmente os preços da cana-de-açúcar fornecida às usinas e destilarias autônomas do açúcar e do álcool para fins carburantes. Já a Portaria nº 114, do Ministério de Minas e Energia, extingue, no transporte de combustíveis, a chamada conta Fupa (Frete de Uniformização de Preços do Álcool).

- O álcool combustível brasileiro é um exemplo para o mundo todo. É a evidência viva de que a humanidade não precisa depender do petróleo para movimentar veículos - afirmou Júlio Campos, que recebeu apertes de apoio de Geraldo Melo (PSDB-RN) e de Edison Lobão (PFL-MA).



Freitas Neto

Freitas defende manutenção de agência da CEF

O senador Freitas Neto (PFL-PI) apelou à Caixa Econômica Federal (CEF) para que suspenda, pelo prazo de seis meses, a decisão de fechar a agência em Oeiras, no Piauí. Nesse período, segundo o senador, "os servidores da agência e os segmentos organizados da sociedade local desenvolverão ações conjuntas para mostrar a viabilidade econômica de sua preservação".

- Oeiras constitui o principal pólo econômico de uma região com 15 cidades e mais de 300 mil habitantes. O fechamento da agência afetará a captação da poupança popular e o apoio financeiro às atividades econômicas. Outros serviços também serão prejudicados, como os relacionados a habitação, FGTS, PIS e seguro-desemprego - ponderou.

Freitas Neto reconhece que as instituições financeiras oficiais precisam passar por um processo de racionalização, mas observou que se "deve atender não só à fria realidade econômica, mas também ser flexível às necessidades da população".

Sebastião Rocha: Mare garante que não haverá demissão em massa

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse ter sido informado por técnicos do Ministério da Administração (Mare), com os quais se reuniu ontem, que não haverá demissão em massa dos servidores federais dos ex-territórios que estão à disposição do estado do Amapá, como chegou a ser noticiado. Segundo as explicações dadas ao senador, o Mare estaria

aguardando decisão da Advocacia Geral da União para definir a situação desses servidores.

Sebastião Rocha, por outro lado, apoiou as idéias defendidas pelo ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), em artigo publicado recentemente pelo *Correio*



Sebastião Rocha

Braziliense. Conforme o senador, Marco Aurélio considera que o servidor público está sendo visto como "bode expiatório", apesar de ter formado, "ao longo de toda a História do Brasil, a espinha dorsal que possibilitou o crescimento do País".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, RENAN CALHEIROS, NEY SUASSUNA, VALMIR CAMPELO, GERALDO MELO, ANTONIO CARLOS VALADARES E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna
■ Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal